

# **ANÁLISE DE EDIATIS: Uma Comparação Entre Editais De Concessão De Espaços Para A Prestação De Serviços De Alimentação**

**Blenda Lorrany Vieira Moura <sup>1</sup>; Marcos Ferreira <sup>2</sup> & Bianca Scarpeline de Castro<sup>3</sup>**

*1. Discente do Curso de Administração Pública, ICSA/UFRRJ; 2. Professor do DCAC/ICSA/UFRRJ; 3. Professora do DCAC/ICSA/UFRRJ.*

*Palavras-chave: Licitação; segurança alimentar; cantinas.*

## **Introdução**

A licitação é o meio de contratação de serviços ou compra de produtos pela Administração Pública direta ou indireta. Estabelecida pela lei 8.666/93, tem o edital como um instrumento que define as regras específicas para cada caso. Desta maneira, o edital licitatório deve ser construído de forma minuciosa, atendendo, da melhor maneira, os interesses de todos os agentes envolvidos na compra pública (a licitada, as licitantes e toda a comunidade que usufruirá do objeto licitado). Tendo em vista a seriedade desse processo, viu-se a necessidade de avaliar os itens dispostos nos editais de concessão de espaço para a prestação de serviço de alimentação dentro do campus Sede da UFRRJ (Seropédica/RJ), a fim de conhecer suas características e apontar, a partir da análise de outros editais e da própria lei de licitação, as melhores práticas para executá-los.

## **Metodologia**

Foi realizada uma análise aprofundada da lei de licitação brasileira, bem como foram levantados artigos e livros que versavam sobre o tema. Além disso, efetuou-se uma pesquisa em 11 editais de concessão de espaço público para a prestação de serviços de alimentação, realizados entre os anos de 2009 e 2014 por de 07 instituições de ensino superior federal (UFJF/MG, UFOP/MG, UFSJ/MG, UFV/MG, UFTM/MG, UFF/RJ) e 01 edital de empresa pública (EMBRAPA, unidade de Seropédica/RJ). Tais editais foram comparados aos realizados pela UFRRJ, com o objetivo de identificar os itens comuns e divergentes entre eles, procurando a melhoria da prática licitatória na UFRRJ.

## **Resultados e Discussão**

A partir da análise realizada foram identificados pontos de divergência e semelhança entre os editais para a concessão de espaço para a prestação de serviços de alimentação da UFRRJ e das demais organizações. A modalidade de licitação mais utilizada é a concorrência, enquanto o tipo de licitação mais utilizada é maior lance para a concessão do espaço. Um único edital dentre os analisados (o da EMBRAPA) foi realizado a partir do pregão eletrônico e utilizou o tipo de licitação menor preço do quilo dos alimentos a ser comercializados. Esse tipo de licitação favorece o usuário final do serviço contratado, ao oferecer produtos com valores mais baixos. Contudo, a licitante não receberia o maior valor possível pela concessão do espaço.

Nesse último caso, considera-se que a utilização do pregão eletrônico foi um ganho em relação às outras modalidades, já que amplia a publicitação e celeridade da licitação, tendo em vista que a verificação de habilitação procede à análise das propostas.

Foi ainda identificado que 73% dos editais analisados solicitaram comprovação de capacidade técnica dos concorrentes, e 64% inibiam a participação de pessoas jurídicas em situação inadimplente. A UFRRJ não fazia nenhuma das duas exigências, o que pode prejudicar a contratação de empresas idôneas e habilitadas para prestar os serviços de alimentação.

Nos editais, observou-se que 46% propunham uma taxa fixa para a cobrança das taxas de energia elétrica e água, da mesma forma que na UFRRJ. Contudo, 9% da amostra realiza essa cobrança por meio de marcadores individuais. Acredita-se que essa seja a forma mais

adequada de cobrança dessas taxas, pois nesse caso evitaria supervalorização ou subvalorização dos gastos da contratada.

Na pesquisa empreendida, verificou-se que o entre os maiores desafios da licitante estão à definição do tipo de licitação, que pode ser maior lance do aluguel, se o interesse do órgão é angariar o maior valor possível com a concessão do espaço, ou menor preço do alimento, se o objetivo do órgão for oferecer a prestação de serviços de alimentação ao menor preço para os usuários. Nesse último caso é necessário o estabelecimento de uma taxa fixa de concessão que não seja inferior ao preço cobrado pelo aluguel do metro quadrado da região licitada, tendo em vista que a concorrência será realizada pela comparação dos preços dos alimentos ofertados pelas licitantes para os consumidores.

Contudo, independente do tipo de licitação deverá ser rigorosamente estabelecido no projeto básico às normas para o preparo dos alimentos e limpeza, com a definição de uma série de regras relacionadas à qualidade do serviço prestado. Outro grande desafio das instituições licitantes é a organização e manutenção de um sistema de fiscalização de contratos, para garantir que o estabelecido nos processos de licitação seja cumprido.

### **Conclusão**

Objetivou-se realizar neste trabalho uma análise sobre o modelo atual de licitação de concessão de espaço para prestação de serviço de alimentação na UFRRJ e a forma como essa vem sendo praticada em diferentes instituições públicas. Foi possível observar, além de aspectos semelhantes, quais dissimilaridades existem entre as organizações analisadas e a UFRRJ. Essa análise vem identificar quais itens do edital têm contribuído ou prejudicado o bom funcionamento dos objetos licitados nos editais do campus de Seropédica.

### **Referências Bibliográficas**

HOLANDA, Irving William Chaves. Diferenças entre concessão de uso de espaço público e concessão de direito real de uso (parecer). Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3772, 29 out. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/pareceres/25623>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>

COLARES, L. G. T.; FIGUEIREDO, V. O.; Martins, MC; ANDRADE, Lucia Pereira de. Contratação de Serviços Terceirizados de alimentação e Nutrição. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2014. v. 1. 114p.

WALTRICK, Patrícia. Concessão de uso de espaço para a exploração de serviços de restaurante e cafeteria - modalidade licitatória - concorrência ou pregão?